

EM GENEBRA

Brasil defende lei para exploração de recursos genéticos

JAMIL CHADE
AGÊNCIA ESTADO

GENEBRA – Uma lei internacional sobre a utilização dos recursos genéticos poderá ser a chave para uma participação mais positiva dos países em desenvolvimento e das comunidades indígenas no processo de globalização. Essa é a opinião do brasileiro Roberto Castelo, vice-diretor da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que participa, desde o início da semana, da primeira reunião entre governos para começar a definir regras sobre o acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

O desafio dos países será criar um sistema que, de um lado, garanta benefícios para as comunidades de onde os recursos foram tirados e, de outro, não se torne um obstáculo para as inovações. “Um entendimento abriria a possibilidade de uma globalização mais simétrica”, afirma Castelo. Os lucros de uma determinada invenção seriam divididos entre a empresa que desenvolveu o produto, os países em desenvolvimento e a comunidade responsável pelo conhecimento.

Cálculos de especialistas apontam que o Brasil poderia lucrar cerca de US\$ 70 trilhões com seus recursos genéticos e conhecimento tradicional. E os benefícios podem ser quase imediatos. Um exemplo foi a utilização de uma melodia de uma tribo de Gana em

**O DESAFIO
É CRIAR
UM SISTEMA
QUE VENHA
BENEFICIAR
COMUNIDADE
DE ONDE
O RECURSO
FOI TIRADO**

uma música de Sting. O cantor fez um acordo que garantiu uma participação da tribo nos lucros com a venda da canção. O problema é que as iniciativas

dependem de cada uma das empresas.

Sem regras, o mais comum tem sido a apropriação dos recursos genéticos por empresas estrangeiras sem que o país em

que o material foi encontrado sequer soubesse. Um exemplo é a raiz ayahuasca, usada pelos indígenas da região amazônica, que acabou sendo

patenteada nos Estados Unidos. O Brasil lembra que a Convenção da Biodiversidade garante que os países tenham o direito soberano sobre seus recursos genéticos e quer que os acordos de propriedade intelectual da OMC reconheçam essa fato.

Anteontem, finalmente foram iniciadas as reuniões sobre a proteção de recursos genéticos em Genebra. O problema era a recusa dos países em desenvolvimento, inclusive do Brasil, em aceitar que o Canadá liderasse as negociações. O motivo: o país não seria neutro sobre o tema. A solução foi uma co-presidência entre o Canadá e Cingapura.

**“UM ENTENDIMENTO
ABRIRIA A POSSIBILIDADE
DE UMA GLOBALIZAÇÃO
MAIS SIMÉTRICA”**

ROBERTO CASTELO, vice-diretor da
Organização Mundial de Propriedade
Intelectual (OMPI)